



MANIFESTO pela defesa da vida na Amazônia

Diante da grave situação de incêndios produzidos na bacia amazônica da América do Sul, a Rede Latino-americana de Ecologia Humana se manifesta:

- Nossa preocupação pelas vidas humanas de populações inteiras atingidas, cujas existências dependem desta área afetada hoje pelas chamas; e enviamos nosso apoio solidário às comunidades humanas afetadas por esta catástrofe.
- Milhões de espécies da biodiversidade característica desta área estão sendo atingidas, o que é um risco para o planeta inteiro, pois trata-se de um imenso “pulmão verde” que produz em torno de 20 % do oxigênio do planeta.
- Ainda que a estação de estiagem crie as condições favoráveis para a propagação do fogo, alertamos sobre as denúncias de provocação deliberada de queimadas que desencadearam incêndio de vastas áreas deste território de importância mundial comprovada. Sendo assim, repudiamos estes fatos que se convertem em uma das tragédias ambientais mais graves da humanidade.
- Fazemos um chamado às autoridades nacionais e internacionais para que adotem políticas públicas e medidas urgentes que garantam o cuidado e a proteção da área amazônica e de todas as formas de vida que dela dependem e suscitem.

Institutos de pesquisa brasileiros como o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, apontam que a área queimada da 2019 é maior do que as dos últimos anos, mesmo a estiagem tendo sido mais branda em comparação aos anos anteriores, nesse caso, as queimadas seguem o rastro do alto índice de desmatamento.

Segundo dados do ISA - Instituto Socioambiental, as Terras Indígenas mais afetadas com o fogo são o Parque Indígena do Araguaia (TO), a TI Pimentel Barbosa (MT) TI Parabubure (MT), TI Apyterewa (PA), TI Marãiwatsédé (MT), TI Kayapó (PA), TI Areões (MT), TI Kanela (MA), TI Mundurucu (PA) e a TI Pareci (MT).



No Parque Indígena Araguaia, foram 752 focos de incêndios no último mês. Ao todo, foram 3.553 focos em 148 partes de Terras Indígenas da Amazônia brasileira. Nas Unidades de Conservação, a situação também é grave. O levantamento do ISA também indica que 33% dos focos de incêndios ocorrem dentro de UCs e TIs, entre as quais estão as áreas que sofrem com invasões, grilagens e arrendamentos de terras ilegais.

Nesse contexto, tanto o campo quanto a cidade sofrem os prejuízos no que se refere a saúde, sobretudo, das populações mais vulneráveis. O índice de intoxicação por inalação de fumaça já atinge proporções catastróficas, crianças e idosos são os que mais sofrem. As intensidades elevadas e descontroladas dos focos de incêndios levam a mortalidade da fauna e da flora de maneira dramática.

O alerta dos focos de incêndios em áreas de desmatamento e atividades agropastoris são sinais de que a floresta dará lugar a outros usos da terra. Contudo, a retórica bélica do governo brasileiro, leva a perda de respeito da comunidade internacional, o que vem trazendo consequências como a suspensão do Fundo Amazônico.

Um conjunto de medidas anti-ambientais empreendido pelo governo brasileiro, leva ao esvaziamento do MMA - Ministério do Meio Ambiente, entre essas medidas podemos citar: imprecisões nas competências para o Licenciamento Ambiental; Desmonte, enfraquecimento e perda de autonomia de órgãos de fiscalização e controle como o Ibama e ICMBio; Enfraquecimento das políticas e estruturas indigenistas; Liberação acelerada de agrotóxicos e esvaziamento de políticas de segurança alimentar e nutricional; Decreto que altera as regras sobre conversão de multas; Desmonte do CONAMA e de outros órgãos colegiados vinculados ao MMA; Decreto da SEAF/MAPA que prevê mudança nas regras para demarcação de terras indígenas, liberação de terras indígenas para a mineração.; Essas medidas desastrosas afetam drasticamente a Constituição Federal e, diretamente, o povo brasileiro.

Diante de tamanha brutalidade, nós a partir da Rede Latinoamericana de Ecología Humana, manifestamos a todos, numa só voz, **“Defendamos a vida na Amazônia”**.